

RESPOSTA DE ALTO NÍVEL

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO*

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal*

O Presidente do STJ, Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, expõe à CONSULEX como, ao comemorar os 10 anos da sua instalação e bons serviços prestados à cidadania, aquela Corte responde às tentativas de "enfraquecimento" do Judiciário.

Revista CONSULEX - Qual o balanço que o senhor faz desses dez anos de existência do STJ? O Tribunal tem cumprido seu papel?

Antônio de Pádua Ribeiro - O balanço é positivo. Tanto que o Tribunal recebeu, desde a sua criação até hoje, cerca de 450 mil processos, em números redondos, e julgou mais de 90% deles. Ou seja, restaram pouco menos de 50 mil processos. Pode-se dizer que ainda é um número muito grande. Não é. Corresponde a um semestre de trabalho do Tribunal. Nos dois últimos anos, proferimos mais de cem mil julgamentos. É um tribunal que tem dado conta daquilo que dele se esperava. Tem cumprido, de maneira muito satisfatória, sua destinação constitucional, o que tem sido reconhecido pelos juristas e pelos advogados.

CONSULEX - Como foi este primeiro ano de gestão à frente do STJ?

Antônio de Pádua - Tomamos, nesse período, medidas visando a modernização da Justiça, reestruturando a administração do STJ e do Conselho da Justiça Federal e procurando implementar projetos para tornar mais fácil a atividade dos que trabalham e têm interesse no Tribunal. Na área da informática, muitas medidas foram adotadas, entre elas a modernização do Diário da Justiça. As matérias, encaminhadas à publicação deixaram de ir por meio de papéis e passaram a ser feitas por

meio eletrônico, quer dizer, em vez de papéis o que se manda à imprensa, hoje, são impulsos eletrônicos. Deixamos de enviar 500 mil folhas de papel por dia à Imprensa Nacional. A outra medida foi a implantação do sistema push, que vai implicar uma significativa economia de energia e de custos, tendo reflexo, inclusive, na -redução do denominado Custo Brasil.

CONSULEX - Como funciona esse sistema?

Antônio de Pádua - Ele permite que, em vez de as partes interessadas dirigirem-se ao Tribunal em busca de informações, é ele que leva até elas as informações. Isso é feito de maneira muito simples, porque é um sistema ligado à Internet. Diante disso, basta que se tenha um computador ligado ao site do STJ.

CONSULEX -Ao mesmo tempo que o senhor tomou essas medidas, houve um projeto de sua autoria, aprovado pelo Congresso, criando cem varas federais. Por que essa proposta?

Antônio de Pádua - Essas varas de execução fiscal são varas especializadas. As outras varas são de competência múltipla. As varas especializadas darão uma velocidade maior aos feitos relativos às execuções fiscais. Ao mesmo tempo, como esses feitos, hoje, correm nas demais varas existentes, estas tornar-se-ão menos carregadas de processos e poderão destinar seu tempo aos outros feitos de interesse da população, especialmente aos previdenciários, que existem em grande número e interessam à população menos favorecida.

CONSULEX - Por que até agora não se havia pensado na criação dessas varas especializadas?

Antônio de Pádua - No Brasil ocorrem muitos fenômenos, em termos administrativos inclusive, que não são percebidos em razão do ponto de vista em que se situa quem poderia identificá-los. É o caso, por exemplo, dessas execuções fiscais. Identifiquei que o volume de recursos

em jogo é muito grande. São R\$ 70 bilhões de créditos fiscais só da União Federal, sem incluir as autarquias federais, entre elas o INSS. E mais R\$ 30 bilhões de débitos em fase de inscrição e outros R\$ 18 bilhões de depósitos judiciais. Esses depósitos, através de uma simples medida contábil, foram disponibilizados de forma a favorecer a União, que hoje paga juros altíssimos. Só o fato de transferir esses créditos da Caixa Econômica Federal para o Tesouro Nacional implicou em significativa economia.

CONSULEX - Isso é correio ?

Antônio de Pádua - Tem havido certa distorção. Muitas vezes a mídia, preocupada com assuntos econômicos, dá a entender que a Justiça Federal está-se transformando em uma coletoria, isto é, com a preocupação de arrecadar tributos. Não se trata disso. Procura-se agilizar a atuação da Justiça naquilo que é da sua competência, por exemplo, os feitos relativos à execução fiscal. Mais que isso, preocupa-se em descongestionar as outras varas, e os feitos que correm junto a elas poderão ter uma tramitação mais rápida, beneficiando a população. São medidas em prol da cidadania e de uma Justiça mais rápida e eficiente, portanto menos morosa. A providência não tem como objetivo atender apenas aos interesses do Estado, que são, aliás, relevantes, porque essa cobrança tem uma finalidade exemplar. Quer dizer, para mostrar aos maus pagadores que terão de fazê-lo compulsoriamente se não o fizerem voluntariamente. Além do mais, se essas execuções fiscais se prolongam por muito tempo, a possibilidade de se receberem os créditos torna-se cada vez menor, porque os devedores, as firmas e os bens desaparecem. Paralelamente a isso, ainda há outro aspecto: muitas dessas varas serão instaladas em comarcas do interior, onde normalmente apenas o fato de se proceder a uma citação pela Justiça Federal muitas vezes enseja o imediato pagamento dos débitos.

CONSULEX - Os resultados concretos desse esforço de descentralização da Justiça Federal vão ser sentidos já neste ano?

Antônio de Pádua - Não há dúvida. Já foram instaladas no Rio de Janeiro oito varas de execução fiscal, que deverão estar funcionando até abril, bem como no Rio Grande do Sul. No final de março, diversas varas de execução fiscal foram instaladas. No que depende do Judiciário, estamos agindo com a rapidez que se espera. A criação dessas varas, é preciso ser dito, foi um ato de confiança do Congresso no Judiciário. Foram varas criadas no período de recesso parlamentar, com aprovação unânime do projeto, logo transformado em lei pela Câmara e pelo Senado. Foi importante o ato de reconhecimento pelo Congresso a respeito da importância da medida sugerida pelo STJ. E o projeto também mereceu a imediata sanção do Presidente Fernando Henrique. Foi um ato de colaboração recíproca entre os Poderes, que, evidentemente, irá resultar em benefício da sociedade brasileira.

CONSULEX - O senhor é favorável a uma reforma do Judiciário?

Antônio de Pádua - Sustento que a reforma deve ser feita paulatinamente, por etapas. Os temas são muito polêmicos, mas essa reforma do Judiciário não se limita apenas à alteração dos textos constitucionais. Exige mudanças na legislação ordinária. Agora, essa tarefa de torná-la mais eficiente e menos morosa é preciso estar num contexto maior, do próprio Estado brasileiro. O que notamos é que o Poder Público está desorganizado. O Executivo tem feito um esforço muito grande para reestruturar-se, mas ainda há muito que fazer. A Previdência Social acha-se desestruturada, os setores administrativos também, e isso gera muitas causas. Ao mesmo tempo, a legislação tem mudado a todo instante e a toda hora. Uma legislação assim gera insegurança jurídica e isso reflete num número grande de causas. O que tem ocorrido atualmente é que o Poder Público congestionava o Judiciário com um

número grande de causas. É o Estado criando problemas para o próprio Estado. Ninguém pode esperar uma solução para denominada crise do Judiciário, sem que primeiro se resolva a crise do Estado.

CONSULEX - Onde há consenso na reforma judiciária?

Antônio de Pádua - Houve um consenso, por exemplo, em relação aos juizados especiais federais. Já existe também com relação à súmula com efeito vinculante, embora, no início, tenha provocado uma reação maior. Só que hoje, essa reação já está muito mais reduzida. Creio, também, que, com relação à reforma do Judiciário, é necessário uma definição melhor dos limites da competência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

O STF, segundo o que pretendeu o legislador constituinte, foi erigido em Corte Constitucional, mas há certas matérias, ainda, de índole infraconstitucional que são encaminhadas para lá. Penso que isso também deve ser objeto de um ajuste. Com relação a essa questão, há até muitos pontos de concordância entre o próprio STF e o STJ. Em todos aqueles que houver essa concordância, de logo, poderão ser implementados pela reforma constitucional.

Entrevista JOZIEL BRITO